

EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR NO NOVO ENSINO MÉDIO: ANALISANDO A METODOLOGIA DE ENSINO POR INVESTIGAÇÃO NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE ITAMARANDIBA/MG¹

SCHOOL FINANCIAL EDUCATION IN THE NEW SECUNDARY SCHOOL: ANALYZING THE INVESTIGATION BASED TEACHING METHODOLOGY IN STUDENT LEARNING AT A STATE SCHOOL IN ITAMARANDIBA/MG

Mariana Lafaiete Ferreira Moraes²

Helen Rose de Castro Silva Andrade³

RESUMO

O presente artigo tem origem de uma pesquisa de mestrado, realizada com dezenove estudantes de uma turma de 1º ano do Novo Ensino Médio, de uma escola estadual de Itamarandiba, MG. Com o intuito de entendermos como a metodologia de Ensino por Investigação pode promover uma efetiva Educação Financeira - EF para esses estudantes, desenvolvemos e aplicamos uma Sequência de Ensino Investigativo - SEI com base nas seguintes temáticas: Vida Familiar e Cotidiana, Vida Social e Bens Pessoais. Com o desenvolvimento dessa SEI, com base em documentos norteadores e em autores, como Fernandes, Allain e Dias e, a partir das análises realizadas, verificamos ao final dessa pesquisa aplicada, que esses estudantes apresentam conceitos prévios superficiais quanto às definições e entendimento da EF. No entanto, seus Pais/Responsáveis, apresentam uma base bem delineada da mesma em seu cotidiano, que nem sempre vem sendo compartilhada com seus filhos. Todavia, interferem-se limites e possibilidades para o desenvolvimento do Ensino por Investigação, que perpassam aspectos desde a formação continuada de professores até o engajamento dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino por Investigação; Novo Ensino Médio.

ABSTRACT

This article originates from a master's degree research, carried out with nineteen students from a 1st year class of New Secondary School, from a state school in Itamarandiba, MG. In order to understand how the Research-based Teaching methodology can promote effective Financial Education for these students, we developed and applied an Investigative Teaching Sequence - SEI based on the following themes: Family and Daily Life, Social Life and Personal Assets. With the development of this SEI, based on guiding documents and authors, such as Fernandes, Allain and Dias and, based on the analyzes carried out, we verified at the end of this applied research, that these students present superficial previous concepts regarding the definitions and understanding of FE. However, their Parents/Guardians have a well-defined basis for this in their daily lives, which is not always shared with their children. However, there are limits and possibilities for the development of Research-Based Teaching, which range from continuing teacher training to student engagement.

Keywords: Financial Education; Teaching by Inquiry; New Secondary School.

INTRODUÇÃO

O direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade está previsto na Constituição Federal

1 DOI: <https://doi.org/10.29327/2283071.11.1-1>

2 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – mariana.moraes@ufvjm.edu.br

3 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – helen.rose@ufvjm.edu.br



de 1988, que em seu artigo 205, assegura que a educação deve ser incentivada e promovida em regime colaborativo entre sociedade, família e Estado, em prol do pleno desenvolvimento do cidadão, para que possa exercer sua cidadania e qualifique-se para o trabalho (Brasil, 1988).

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996, p. 10), dispõe em seu artigo 1º, parágrafo 2º, que: A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Assim, buscando proporcionar meios para a qualidade e o desenvolvimento da educação básica em todas as modalidades de ensino, metodologias e abordagens diferenciadas se fazem necessárias (Fernandes *et al.*, 2022).

Nesses vieses, o ensino e a aprendizagem baseados na investigação ocorrem através de atividades investigativas, edificando-se em um referencial construtivista, em que o aluno é construtor de sua aprendizagem. Nele, o sujeito se torna ativo na construção do conhecimento, criando um raciocínio crítico diante a situação-problema.

Logo, o desenvolvimento de AI tem como objetivo introduzir, na prática escolar, uma cultura científica baseada na observação, coleta de dados, estabelecimento de hipóteses, argumentações e discussões (Ferraz & Sasseron, 2017).

Sendo a Educação Financeira –EF, uma ferramenta para a liberdade e transformação social (Oliveira *et al.* 2020), em busca de uma educação crítica e autônoma, que oportunize a liberdade do indivíduo (Freire, 1999) e, visando a promoção do ensino e aprendizagem por investigação em sua integralidade, sua importância é recorrente em pesquisas educacionais.

Dado o exposto, buscamos analisar o desenvolvimento do ensino por investigação - EI na Eletiva de Educação Financeira – EFE, em uma turma de 1º ano do Novo Ensino Médio, com 19 estudantes, de uma escola pública estadual da cidade de Itamarandiba, MG. A questão norteadora foi: *Como a metodologia de EI pode promover uma efetiva EF para os estudantes do Novo Ensino Médio?*

Assim, além dessa introdução, abordaremos na segunda seção, a fundamentação teórica em que nossa pesquisa se baseou. Na terceira, os procedimentos metodológicos realizados. Na quarta, os resultados das análises dos dados referentes às aplicações dos questionários de entrevista. Por fim, na última seção, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Básica Brasileira está edificada em documentos norteadores que asseguram a formação básica comum, perpassando por um processo histórico de elaboração. Em 1988, a Constituição Federal – CF, fixou os conteúdos mínimos para a Educação Básica em todo o território nacional (Brasil, 1988). Mais a diante, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, estabeleceu a necessidade de existência de uma base nacional comum, a ser contemplada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar (Brasil, 1996).

Hodiernamente, está em vigência em todo território nacional, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Esse documento normativo define as aprendizagens consideradas essenciais que todo estudante brasileiro tem o direito de aprender no ambiente escolar (Brasil, 2018). A Base evidencia a necessidade de acrescentar aos currículos temas que interfiram na vida familiar e social dos estudantes, possibilitando o estudo de questões que envolvam dinheiro, consumo e trabalho (BRASIL, 2018). Dentre suas 10 competências gerais para a educação básica, a de número 2 reforça a necessidade de “investigar causas, elaborar e testar



hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções” (Brasil, 2018, p.11).

Em Minas Gerais, a educação básica se orienta pelo Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG, que contempla tanto as habilidades previstas na BNCC, quanto outras que foram desmembradas, modificadas, reestruturadas e criadas para atender as especificidades da educação no estado (Minas Gerais, 2021). O CRMG, reforça que, com acréscimo desses temas, o aluno deixa de ser mero expectador, tornando-se peça ativa no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que se torna capaz de resolver situações problemas, embasado na investigação (Minas Gerais, 2021).

Vale ressaltar que, a implementação desses documentos normativos ocorreu de maneira impositiva, sem conhecer a realidade das escolas brasileiras. Além disso, não houve, de maneira efetiva, formação específica para que os profissionais da educação pudessem alinhar suas práticas ao que é estabelecido nos mesmos. O CRMG, de maneira específica, do ensino médio, entrou em vigor durante o Regime de Atividades não Presenciais - REANP, período de extremas incertezas quanto a qualidade das ferramentas de ensino ofertadas pelo Estado a docentes e discentes da educação pública estadual (Mendes & Souto, 2021).

Defronte ao Novo Ensino Médio, com ampliação da carga horária total para 3.000 horas divididas entre currículo comum (1.800) e itinerários formativos (1.200), aBNCC estabeleceu 5 grandes áreas de conhecimento: Linguagens e Suas Tecnologias, Matemática e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, Ciências Humanas Sociais e Aplicadas e Formação Técnica e Profissional (Brasil, 2018). As quatro primeiras compreendem a formação geral básica, ao passo que, a quinta engloba áreas específicas, como projeto de vida, trilhas de formação técnica e profissional e eletivas⁴ (Brasil, 2018).

Todavia, a reforma do Ensino Médio, pautada em um discurso controverso de ampliação na carga horária e flexibilidade na organização curricular, oportunizando aos estudantes diferentes possibilidades de escolha na última área do conhecimento, tem acentuado as desigualdades escolares em todo território nacional. Haja vista que, assim como na implementação dos documentos supramencionados, não houve preocupação, por parte de seus idealizadores, em conhecer a realidade das escolas.

O que tem ocorrido, na realidade, é uma banalização nas ofertas dos chamados “Itinerários Formativos” em detrimento da carga horária da formação geral básica. Interfere-se ainda que, em muitas escolas, a “possibilidade de escolha” esbarra em questões que vão desde a baixa capacidade de oferta dessas instituições, seja por questões de infraestrutura ou de profissionais com formação específica, até o quantitativo de opções e escolas por município (Cássio, 2022).

Isto posto, a metodologia de EI se consolida na interação entre docentes e discentes, pressupondo atividades humanas como curiosidade, trabalho em equipe, diálogo, entre outros. Também se consolida pela vivência cotidiana, relacionando descoberta, comprovação, entendimento de fenômenos, análise de contextos e de situações. Torna-se então, uma possibilidade à vivência de práticas sociais, proporcionando a construção de entendimento de situações variadas. Através dessas consolidações, será possível a construção, compreensão e validação do conhecimento (Sasseron, 2018).

Tais concepções corroboram com a importância da EF no âmbito escolar, temática abordada em inúmeras pesquisas nas mais variadas etapas de ensino. Pesquisadores como Silva e Powell (2013), Rabello e Rocha Filho (2015), Mello e Rodrigues (2017), Leite e Scortegagna (2019), Mascarini e Reis (2022), dentre outros, difundem estudos sobre EF na educação básica, abordando nos currículos temas que envolvam situações da vida cotidiana, social e financeira pessoal e familiar.

Assim, percebemos a relevância da temática, que vem sendo pesquisada e debatida nos últimos anos em diferentes níveis de ensino e, reforçamos a necessidade e importância de novas pesquisas na busca pela difusão do modo científico de pensar. Afinal, promover a EFE por meio da investigação científica, pode

4 As eletivas podem ser ministradas por meio de diferentes estratégias de ensino e aprendizagem, se orientando em quatro eixos: empreendedorismo, investigação científica, mediação e intervenção sociocultural e processos criativos.



oportunizar o protagonismo juvenil em sala de aula (Kistemann Jr *et al*, 2022).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com abordagem qualitativa (Lüdke & André, 1986), a pesquisa foi realizada com 19 estudantes, com idade entre 15 e 17 anos, sendo 10 do gênero feminino e 9 do masculino, de uma turma do 1º ano do Novo Ensino Médio de uma Escola da Rede Estadual de Ensino, localizada na zona urbana do Município de Itamarandiba – MG.

A escolha desses sujeitos se deu, não apenas por estar lecionando na turma, mas pelo contexto de fragilidades educacionais e sociais da maioria dos estudantes/familiares, bem como a possibilidade de trabalhar a Investigação Científica dentro da EFE, diante de propostas como o protagonismo juvenil na tomada de decisões responsáveis.

Para que ocorra o EI, devemos perpassar por uma sequência de atividades e aulas, que, segundo Carvalho (2018), configuram uma sequência de ensino investigativo – SEI. Essa se define como uma proposta didática que visa o desenvolvimento de conteúdos ou temas científicos (Fernandes et al., 2022).

Então, para o desenvolvimento da Metodologia de EI, a primeira etapa foi um bom planejamento da atividade investigativa. A segunda, foi a construção de um questionário prévio, com o objetivo de identificar os conceitos prévios que os estudantes apresentavam sobre sua EF individual e familiar.

Em seguida, foi realizada a aplicação de uma SEI (Carvalho, 2018), que teve como base o Bloco I⁵ dos livros destinados ao Ensino Médio, que compõe o conjunto de materiais didáticos disponibilizados pelo Programa de EF na Escola. Na aplicação da SEI, foram executadas seis etapas de investigação, propostas por Fernandes et al. (2022): problema, hipótese, processo de investigação, interpretação, conclusão e organização do conhecimento. A SEI teve como problema a seguinte questão: *O que é e como a EF está presente em sua vida?* A partir deste problema, ocorreu o registro e avaliação das hipóteses.

Quanto ao processo investigativo, foram elaborados 3 roteiros de entrevistas, contendo 10 questões cada. Os estudantes foram divididos em 3 grupos para aplicação dos roteiros. A Figura 1 apresenta um compilado dos roteiros de entrevista aplicados pelos grupos de estudantes aos Pais/Responsáveis.

5 O ensino médio é dividido em 3 blocos, sendo o bloco I indicado para o 1º ano do Ensino Médio. As coleções podem ser acessadas em: <https://www.edufinanceiranaescola.gov.br/livros/>.

Figura I – Compilado dos Roteiros



Fonte: Elaborada pelas autoras.

A análise e interpretação dos dados obtidos se deu por meio da tabulação das entrevistas aplicadas pelos estudantes aos seus Pais/Responsáveis, processo que possibilitou discussões sobre os desafios e possibilidades de cada temática. A conclusão dessas etapas se deu em três momentos: sistematização e registro de dados, comunicação das informações e aplicação do conhecimento construído em outras situações.

A culminância desse processo possibilitou a organização do conhecimento, última etapa da SEI, na qual os estudantes realizaram a primeira mostra de trabalhos da EFE, na Câmara Municipal de Itamarandiba.

Após o percurso investigativo, ocorreu a aplicação de um questionário posterior, com o objetivo de analisar e confrontar a evolução dos conceitos dos sujeitos em relação ao questionário prévio, no qual verificamos a percepção da importância do papel dos dados e das informações colhidas para a pesquisa científica por parte dos sujeitos. Essa percepção revelou-se por meio de evidências, justificativas e fundamentos para as ideias e posicionamentos em construção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso de questionários para levantamento e coleta de dados têm sido recorrente em pesquisas de cunho qualitativo, por possibilitar o conhecimento das ideias, percepções, posicionamentos e preferências dos sujeitos de pesquisa (Chaer et al., 2011). Neste sentido, apresentamos nesta seção uma análise dos resultados e discussões de nossa pesquisa.

Quanto ao questionário prévio, procuramos traçar o perfil financeiro dos sujeitos da pesquisa.



Verificamos que dos 8 sujeitos que afirmaram exercer alguma atividade remunerada, 6 recebem menos de R\$ 500,00 por mês e, 2 recebem entre R\$ 500,00 e R\$ 1 000,00 mensais. A respeito da renda mensal familiar, percebemos que a maioria das famílias tem renda mensal abaixo de 2 salários mínimos. Em contrapartida, 4 estudantes afirmaram que suas famílias recebem menos de 1 salário mínimo por mês e, apenas 3 indicaram que a renda mensal familiar supera 2 salários mínimos.

Diante das funções sociais exercidas pelo dinheiro, como a capacidade de satisfazer as necessidades humanas (Alvim, 2003), questionamos os sujeitos a respeito de sua importância na vida das pessoas. Constatamos que a maioria estabeleceu uma relação com gastos essenciais, como alimentação, abastecimento de energia e água, aluguel, estudos, entre outros. Sua importância também foi relacionada a sobrevivência, vida digna, bem-estar e vida futura.

A face do exposto, verificamos que os investigados possuem conceitos previamente estabelecidos sobre a importância do dinheiro. Logo, compreendem seu valor no ambiente familiar e social, uma vez que a maioria afirmou contribuir financeiramente com alguma despesa familiar.

Também investigamos se os Pais/Responsáveis já os ensinaram algo a respeito do dinheiro, tendo em vista a influência familiar no processo de aprendizagem dos filhos (Chiquetto, 2020). Dos 19 entrevistados, 17 afirmaram que sim e apenas 2 disseram que não. Entre os ensinamentos relatados no ambiente familiar, 5 destacaram que os Pais/Responsáveis ensinaram a comprar apenas o necessário, evitando gastos sem necessidade. Outros 5 afirmaram ter aprendido que não se deve gastar mais do que ganha, para não contrair dívidas. Os 7 restantes responderam que aprenderam como administrar e economizar o dinheiro.

Na busca pelo entendimento dos sujeitos a respeito da importância de estudar sobre finanças, averiguamos que 18 entrevistados consideram importante e apenas 1, não. As justificativas para essa importância estão atreladas ao ato de aprender a administrar e economizar o dinheiro, estabelecendo prioridades a curto, médio e longo prazos.

Neste sentido, questionamos o que eles consideram ser a EF. Dos 19 entrevistados, 17 explicitaram suas opiniões a respeito da temática. Dos outros 2, 1 não respondeu e outro afirmou que não sabe. De acordo com as respostas verificadas, a maioria acredita que seu significado está relacionado ao ensino do uso do dinheiro. Também obtivemos respostas que relacionaram a temática à matemática, finanças e consumo consciente, bem como o estudo sobre recursos, investimento e economia.

Para finalizar questionário prévio, buscamos investigar o que os estudantes esperavam aprender com as aulas da EFE. Assim como relacionaram o conceito da mesma ao ensino quanto ao uso do dinheiro, a maioria disse esperar aprender a usá-lo e administrá-lo. A segunda resposta mais frequente foi o aprendizado voltado para organização e investimento. Também foi mencionado a questão do controle financeiro, gastos, economia, rendas e valores.

No tocante aos resultados e discussões dos roteiros de entrevista aplicados pelos estudantes aos Pais/Responsáveis, percebemos a existência de uma dinâmica no planejamento financeiro, para conseguirem cumprir com suas obrigações mensais. A esse respeito, as respostas denotam para uma baixa renda mensal dos entrevistados, visto que, a maioria, em 7 sujeitos respondentes no roteiro 1, afirmou preocupação diante da inexistência de sobras no orçamento.

Vale ressaltar o comportamento dos mesmos diante das prioridades quanto ao uso do dinheiro. De acordo com as alternativas apresentadas, a primeira ação realizada com a receita mensal pela maioria, em 4 sujeitos respondentes no roteiro 2, é o pagamento de dívidas. Somente após a quitação das mesmas, analisam se houve alguma sobra.

Assim, as respostas reforçam para a importância de tomar decisões financeiras de acordo com as reais necessidades, adotando hábitos como a pesquisa e comparação de valores. Tais práticas apontam para



tentativas de economizar e priorizar as compras pagas de forma a vista, tendo em vista que a maioria, em 8 sujeitos respondentes no roteiro 3, indicaram como melhor opção, diante da ausência de dinheiro para a aquisição de itens domésticos, é pesquisar um item mais em conta, de mesma funcionalidade e economizar para comprá-lo à vista.

Então, percebemos que a maioria, em 8 sujeitos respondentes no roteiro 3, priorizam a qualidade do produto no ato da compra. Tal fato vai de encontro com sua realidade financeira, pois um produto de qualidade inferior tem baixa durabilidade e requer reparos ou trocas em um curto espaço de tempo.

Em continuidade à temática, buscamos investigar se há um controle sobre as receitas mensais, bem como um planejamento relacionado à mesma e como ele é realizado. A maioria, em 7 sujeitos respondentes no roteiro 1, afirmou ter controle financeiro sobre suas receitas, sabendo as datas e valores recebidos. Além disso, realizam o controle financeiro por meio de anotações relativas aos gastos mensais. Afinal, grande parte dos 7 sujeitos respondentes no roteiro 1 sabem o quanto gastam e em que gastam seu dinheiro. Estes ainda possuem o entendimento de que a maior parte de seus gastos estão relacionados a bens e serviços considerados essenciais. Em contramão, os argumentos contrários elucidam que poderiam gastar menos em coisas consideradas superficiais.

No que se refere ao controle e corte de despesas ao longo da vida, verificamos que a maioria, em 7 sujeitos respondentes no roteiro 1, afirmou já ter realizado algum tipo de corte em suas despesas. Quanto às formas de organização e controle financeiro, justificaram que tentam economizar, evitando gastos desnecessários ou comprando apenas o essencial. Na impossibilidade de arcar com os compromissos financeiros à vista, optam por parcelar suas compras.

Nesse ponto de vista, percebemos a existência de um rigoroso planejamento financeiro por parte dos entrevistados. Afinal, após o recebimento do pagamento mensal, grande parte dos 4 sujeitos respondentes no roteiro 2, conseguiram poupar uma parte do valor recebido e gastaram somente o que haviam planejado no decorrer do mês.

Diante dos fatos supracitados, inferimos a importância do planejamento para conciliar momentos de lazer, como a realização de viagens. Diante da baixa renda mensal, percebemos que a maioria, em 4 sujeitos respondentes no roteiro 2, afirmou planejar suas viagens, a fim de evitar dívidas futuras. Além disso, todos os 8 sujeitos respondentes no roteiro 3, afirmaram que levam em consideração os pequenos gastos do dia a dia. Tais práticas vão de encontro a baixa renda mensal dos mesmos, tendo em vista que não podem contrair dívidas mensais, por não possuírem outros recursos financeiros.

Diante disso, investigamos como os Pais/Responsáveis efetuam o pagamento de suas compras. A maioria, dos 7 sujeitos respondentes no roteiro 1, diante das formas de pagamento apresentadas, optou pelo pagamento à vista.

Então, percebemos que as relações de consumo dos sujeitos respondentes indicam um perfil mais negociador, uma vez que analisam as opções de pagamento ao efetuar suas compras, levando em consideração possíveis descontos para essa forma de pagamento. Ademais, esses sujeitos, em sua maioria, observam as vantagens ao optar pelo parcelamento, em busca de melhores preços.

Assim, percebemos certa cautela dos Pais/Responsáveis ao saírem com outras pessoas para momentos de lazer, em que há produtos à venda, visto que a maioria, dos 4 sujeitos respondentes do roteiro 2 se controlam diante do desejo de consumir. Além disso, ao se depararem com um produto desejado, porém de preço elevado, se planejam para adquirir o produto à vista.

À vista da necessidade latente da tomada de decisões financeiras responsáveis, verificamos que, no cotidiano, todos os 8 sujeitos respondentes do roteiro 3 não realizam compras por impulso, uma vez que, a renda mensal não os permite. O que nos remete ao impacto positivo exercido pela EF na vida social dos



indivíduos, visto a relação existente entre comportamento e bem-estar financeiro (Zamoner, 2022).

Diante das situações apresentadas, investigamos se os entrevistados já efetuaram alguma compra que tenham se arrependido depois, haja vista que gastos pouco satisfatórios podem impactar o planejamento mensal. Quanto ao motivo que ocasionou o arrependimento, os mesmos perceberam que não precisavam tanto do bem ou produto adquirido e/ou que a aquisição não era de boa qualidade ou teve baixa durabilidade.

Partindo do pressuposto que decisões de cunho financeiro são frequentes em nosso cotidiano e, se realizadas com frequência e sem planejamento, podem comprometer as finanças do indivíduo, verificamos que os entrevistados só compram o essencial, uma vez que não há sobra no orçamento, devendo o mesmo ser fidedigno a sua realidade financeira. Tais evidências revelam a elaboração de um planejamento financeiro realista. Afinal, este é um importante instrumento para o controle das receitas e despesas mensais.

Nesse contexto, pesquisamos a preferência dos sujeitos para a realização de compras. Então, percebemos que a maioria, em 8 sujeitos respondentes do roteiro 3, opta por lojas físicas. Essa escolha pode estar relacionada à facilidade de acesso e de créditos ofertados por esses estabelecimentos, uma vez que oportunizam aferir a qualidade do produto.

Quanto ao questionário posterior, buscamos a compreensão dos estudantes a respeito do que seria um consumo consciente. Dentre as tentativas de definição, percebemos que para a maioria, consumo consciente está relacionado à noção de controle financeiro, como a quantidade e/ou valores consumidos, bem como a preservação do meio ambiente por meio de um consumo responsável.

Perante a influência exercida pelos discursos publicitários nas relações de consumo, perguntamos aos 19 sujeitos, o que as propagandas vendem. Na opinião de 7 deles, elas vendem produtos e/ou serviços. Já para outros 4, vendem itens do interesse do consumidor. Em contrapartida, 4 sujeitos elucidaram o poder de manipulação exercido pelas propagandas, ao afirmar que elas vendem imagens e fantasias. Os 4 restantes relacionaram as vendas a felicidade e bem-estar, além de marketing e dinheiro.

Diante disso, questionamos como os entrevistados, após a conclusão da SEI, fariam para adquirir um produto que desejassem muito, mas não possuíssem o dinheiro para pagar. Analisando as respostas, percebemos uma mudança na visão da maioria deles, ao afirmarem que se planejavam antes, trabalhando e economizando o valor para comprar à vista.

Na contramão, indagamos se uma má EF pode trazer problemas para a vida dos sujeitos. Novamente, a grande maioria afirmou que sim, citando como exemplos o descontrole financeiro e suas consequências, como empréstimos, restrições no comércio, entre outros.

Nesses vieses, finalizamos o questionário posterior perguntando aos sujeitos o que foi aprendido nas aulas de EF, ao participarem da SEI de nossa pesquisa. Para a grande maioria, o maior aprendizado foi realizar o controle financeiro. Os demais, afirmaram ter aprendido sobre os conceitos de EF e consumo consciente.

No tocante a promoção da EF por meio do processo de investigação, realizamos uma análise às hipóteses levantadas na segunda etapa da SEI, confrontando-as com as respostas apresentadas nos questionários prévio e posterior, bem como com as respostas apresentadas pelos familiares nos roteiros de entrevista. Então, foi possível identificarmos similaridades e divergências às respostas apresentadas pelos Pais/Responsáveis durante o processo de investigação.

As similaridades estão relacionadas a necessidade de se controlar os gastos, estabelecendo prioridades quanto ao uso do dinheiro. Além disso, os estudantes concordam que, ao se adquirir um produto, é necessário estar atento ao preço e a qualidade, tendo preferência pelas lojas físicas em relação às virtuais. Ao passo que, as divergências estão associadas a ausência de planejamento financeiro, tendo em vista a aquisição de itens de valor elevado, seja por impulso ou por influência, nem sempre à vista, o que pode acarretar um descontrole financeiro de suas receitas.



Dado o exposto, reafirmamos a necessidade de promover a aprendizagem dos estudantes por meio do EI, no intuito de desenvolver um comportamento crítico e consciente, avaliando situações de consumo no âmbito pessoal e familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nossa pesquisa, foi possível identificar que os conceitos prévios apresentados pelos estudantes no que se refere às definições e entendimento da EF se baseiam em concepções superficiais.

Quanto à promoção da EF, através da implementação de uma SEI, foi possível avaliarmos que, inicialmente, os Pais/Responsáveis apresentam uma base de EF. Todavia, ao confrontarmos as hipóteses levantadas com o processo investigativo, compreendemos que nem sempre a experiência financeira adquirida pelos Pais/Responsáveis vem sendo compartilhada com seus filhos.

Portanto, ressaltamos existem limites e possibilidades para o desenvolvimento do EI em sala de aula. As possibilidades estão relacionadas ao estímulo do papel ativo do aluno, como protagonista da construção de conhecimentos científicos, sendo estes autores do próprio conhecimento.

Quanto as limitações, ressaltamos a necessidade de formação continuada dos Professores, bem como a carência de materiais e recursos no ambiente escolar para a sua realização. Além disso, o envolvimento dos estudantes pode se tornar um fator limitador, pelo fato de, em algumas situações, não entenderem ou não se interessarem pelo objetivo da proposta investigativa.

Por fim, compreendemos que, para uma efetiva EF no ambiente escolar, é necessário que esta se desenvolva em todas as etapas da educação básica. Então, desejamos que nossa pesquisa possa contribuir com novas pesquisas e, diante das possibilidades que não tiveram tempo de execução, salientamos a perspectiva de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, V. Dinheiro: Instituição social relevante na sociedade moderna. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13679/12537>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília. MEC. 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 abr. 2018.
- CÁSSIO, F. A “expansão” da carga horária no novo ensino médio aprofunda desigualdades escolares no estado de São Paulo. Eccos - Revista Científica, São Paulo, n. 62, p. 1-17, e23200, jul./set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n62.23200>.
- CARVALHO, A. M. P. Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino por investigação. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências: v. 18, n. 3, set-dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4852>. Acesso em: 27 dez. 2022.



- CHAER, G. *et al.* A técnica do questionário na Pesquisa Educacional. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266. 2011.
- CHIQUETTO, G. A Influência da Família no Processo de Aprendizagem. Monografia – Curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, 2020.
- FERNANDES, G. W. R. *et al.* Metodologias e abordagens diferenciadas em Ensino de Ciências. São Paulo: Livraria da Física, 2022.
- FERRAZ, A. T; SASSERON, L. H. Espaço interativo de argumentação colaborativa: condições criadas pelo professor para promover argumentação em aulas investigativas. *Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências: Belo Horizonte*, v. 19, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Icu0Tg>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- KISTEMANN JR, M. A. *et al.* Cenários para entender o Novo Ensino Médio no contexto da Matemática e da Educação Financeira Escolar. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/32539/>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- LEITE, A.M.; SCORTEGAGNA, L. Simulador financeiro educacional: relação entre dinheiro e tempo. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/5377>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MASCARINI, V. B.; REIS, S. T. de. Aprender a empreender: significados produzidos em uma proposta de educação financeira no novo ensino médio. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/ridema/article/view/38733>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- Mello, C. N.; RODRIGUES, C. K. Educação financeira escolar em ação: discussões sobre seu conceito com alunos do 3º ano do ensino médio. Disponível em: https://www.ufff.br/coloquioedumat/files/2017/10/EDUCACAO-FINANCEIRA-ESCOLAR-EM-ACAO_-DISCUSSOES-SOBRE-SEU-CONCEITO-COM-ALUNOS-DO-3-ANO-DO-ENSINO-MEDIO.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.
- MENDES, C. L., & ALVES SOUTO, T. (2021). O ensino remoto em Minas Gerais: uma análise pelo ciclo de políticas. *Devir Educação*, 384–408. <https://doi.org/10.30905/rde.v0i0.460>.
- MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. Comissão Estadual para Implementação da Base Nacional Comum Curricular - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional Minas Gerais - UNDIME/MG- 2019.
- OLIVEIRA, L. L. V. De *et al.* Educação financeira da transformação ao resultado: a importância de se trabalhar a educação financeira em sala de aula. *Anais VII CONEDU - Edição Online*. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68432>. Acesso em: 05 set. 2023.
- RABELLO, A. P.; ROCHA FILHO, J. B. Educação financeira: uma proposta pedagógica para alunos do ensino médio politécnico. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11757/2/EDUCACAO_FINANCEIRA_UMA_PROPOSTA_PEDAGOGICA_PARA_ALUNOS_DO_ENSINO_MEDIO_POLITECNICO.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.
- SASSERON, L. H. Práticas em aula de ciências: o estabelecimento de interações discursivas no ensino por investigação. 2018, 127 p., Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. *Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática*, Curitiba, 2013.
- ZAMONER, B. P. A relação entre o bem-estar financeiro e o comportamento dos indivíduos: uma revisão da literatura. 2022. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.